

PRINCIPAIS ALTERAÇÕES DE JULHO, AGOSTO E SETEMBRO DE 2026

ALTERAÇÕES REGULATÓRIAS NA BANCA E MERCADO DE CAPITAIS

António Vitorino e André Dias

SUMÁRIO

Nos meses de julho, agosto e setembro de 2026 foram aprovados alguns atos legislativos e regulamentares que introduziram alterações nos setores da Banca e Mercado de Capitais, dos quais destacamos:

- Decreto-Lei n.º 134/2026 que aprovou as novas regras de publicidade dos PRIIPs;
- Decreto-Lei n.º 171/2026 através do qual Portugal implementou medidas do “Listing Act”; e
- Regulamento Delegado (UE) 2026/1061 da Comissão que aprovou as novas regras sobre Prospetos.

Estas medidas são analisadas com maior detalhe nas nossas newsletters dedicadas, que podem ser consultadas através dos links acima.

Nesta newsletter listamos as principais novidades legislativas e regulamentares aprovadas a nível europeu e nacional durante o referido período.

I. LEGISLAÇÃO EUROPEIA

Retificação da Decisão (UE) 2026/77 do Banco Central Europeu, JO L, 2026/1459, 1.7.2026

Alteração ao Conselho de Infraestruturas de Mercado

Orientação (UE) 2026/1473 do Banco Central Europeu, JO L, 2026/1459, 1.7.2026

Sistema TARGET - transferências automáticas transeuropeias em tempo real

Regulamento Delegado (UE) 2026/807 da Comissão, JO L, 2026/807, 7.7.2026

Atualiza normas técnicas de regulamentação do Regulamento Requisitos de Fundos Próprios

Regulamento Delegado (UE) 2026/788 da Comissão, JO L, 2026/788, 16.7.2026

Plataformas de negociação de importante dimensão transfronteiriça (autorização de negociação)

Regulamento Delegado (UE) 2026/789 da Comissão, JO L, 2026/788, 16.7.2026

Divulgação de informação privilegiada em processos continuados

Regulamento Delegado (UE) 2026/825 da Comissão, JO L, 2026/825, 23.7.2026

Avaliar eficácia das políticas de execução de ordens das empresas de investimento

Regulamento Delegado (UE) 2026/849 da Comissão, JO L, 2026/825, 23.7.2026

Garantir conclusão num prazo razoável de um bem imóvel destinado a habitação em construção

Decisão (UE) 2026/1754 do Banco Central Europeu, JO L, 2026/1738, 24.7.2026

Altera termos e condições do TARGET-ECB

Regulamento de Execução (UE) 2026/1757 da Comissão, JO L, 2026/1743, 27.7.2026

Comunicação de informações por parte de sucursais de países terceiros

Regulamento Delegado (UE) 2026/872 da Comissão, JO L, 2026/1881, 28.7.2026

Completa regulamentação a aplicar pelos prestadores de serviços de notação ASG para separar as suas atividades

Regulamento Delegado (UE) 2026/871 da Comissão, JO L, 2026/1881, 28.7.2026

Produtos de notação ambiental, social e de governação (ASG) a divulgar ao público

Regulamento Delegado (UE) 2026/910 da Comissão, JO L, 2026/910, 30.7.2026

Taxas ESMA aos prestadores de serviços de notação ASG

Regulamento Delegado (UE) 2026/904 da Comissão, JO L, 2026/910, 30.7.2026

Regras processuais: coimas aos prestadores de serviços de notação ASG pela ESMA

Informação C/2026/4080, Comissão Europeia, JO C, C/2026/4080, 4.8.2026

Taxa de juro do BCE a partir de 1 de agosto de 2026

Regulamento Delegado (UE) 2026/1061 da Comissão, JO L, 2026/1061, 13.8.2026

Altera o Regulamento Delegado (UE) 2019/980 no que respeita ao formato e à sequência normalizados e à simplificação do conteúdo, da verificação e da aprovação do prospeto

Decisão (UE) 2026/1942 do Banco Central Europeu, JO L, 2026/1195, 14.8.2026

Tratamento de dados pessoais na supervisão prudencial das instituições de crédito

Regulamento Delegado (UE) 2026/1000 da Comissão, JO L, 2026/1000, 17.8.2026

Taxas EBA para validação dos modelos pro forma (EMIR)

Regulamento Delegado (UE) 2026/971 da Comissão, JO L, 2026/971, 19.8.2026

Acesso a informações regulamentares (emitentes de valores mobiliários)

Regulamento Delegado (UE) 2026/1119 da Comissão, JO L, 2026/1119, 1.9.2026
Prestador de serviços de notação ASG: pedidos de autorização e reconhecimento

Retificação da Diretiva (UE) 2021/338 do Parlamento Europeu e do Conselho, JO L, 2026/90739, 3.0.2026

Empresas de Investimento: informação, governação dos produtos e limites às posições

Regulamento Delgado (UE) 2026/1167 da Comissão, JO L, 2026/1167, 3.9.2026

Normas técnicas de regulamentação: requisitos em matéria de risco operacional.

Regulamento de Execução (UE) 2026/1166 da Comissão, JO L, 2026/1167, 3.9.2026

Normas técnicas de execução: atividade e referências do reporte para supervisão

Regulamento Delgado (UE) 2026/1092 da Comissão, JO L, 2026/1092, 4.9.2026

Código de conduta da UE para estudos patrocinados por emitentes

Regulamento Delgado (UE) 2026/1221 da Comissão, JO L, 2026/1221, 11.9.2026

Medidas operacionais de apoio específicas e temporárias: requisitos de fundos próprios de uma instituição para o risco de mercado

Regulamento de Execução (UE) 2026/2041 da Comissão, JO L, 2026/2031, 14.9.2026

Cálculo das provisões e fundos próprios para efeitos de relato (junho-setembro 2026)

Retificação do Regulamento Delegado (UE) 2026/1061 da Comissão, JO L, 2026/90772, 18.9.2026

Retifica alterações ao Prospeto

Regulamento Delegado (UE) 2026/1563 da Comissão, JO L, 2026/1560, 21.9.2026

Simplificação de determinadas normas de relato de sustentabilidade

Regulamento Delegado (UE) 2026/1560 da Comissão, JO L, 2026/1560, 21.9.2026

Relato de sustentabilidade de aplicação voluntária

Retificação da Diretiva (UE) 2023/2225 do Parlamento Europeu e do Conselho, JO L, 2026/2099, 22.9.2026

Retifica a Diretiva do Crédito aos Consumidores

2. LEGISLAÇÃO NACIONAL

Resolução do Conselho de Ministros n.º 141-A/2026 - DR n.º 127/2026, Supl, Série I de 03.07.2026

Cria certificados do tesouro «série 5»

Decreto-Lei n.º 134/2026 - DR n.º 131/2026, Série I de 09.07.2026

Altera regime dos pacotes de produtos de investimento de retalho e de investimento com base em seguros

Proposta de Lei 92/XVII/I [Governo], de 14.07.2026

Execução parcial do Regulamento (UE) 2024/2809; altera Código dos Valores Mobiliários

Despacho n.º 9220/2026 - DR n.º 140/2026, Série II de 22.07.2026

Aplicação da receita da operação de alienação da participação do Estado Português no NB

Despacho n.º 9414-A/2026 - DR n.º 142/2026, Supl, Série II de 24.07.2026

Prestações para garantia do pagamento do preço pelo proponente selecionado (TAP)

Portaria n.º 320-C/2026/I - DR n.º 147/2026, Supl, Série I de 31.07.2026

Altera portarias PEPAC Portugal 2023-2027: cumprimento das obrigações do RCBE

Lei n.º 42/2026 - DR n.º 152/2026, Série I de 07.08.2026

Altera regime financeiro das autarquias locais

Decreto-Lei n.º 171/2026 - DR n.º 165/2026, Série I de 26.08.2026

Altera o Código dos Valores Mobiliários (transposição do Listing Act e outros)

Consulta Pública n.º 5/2026, ASF

Atualização das apólices "Incêndio e elementos da natureza" 4º trimestre 2026

Declaração de Retificação n.º 35/2026/I - DR n.º 179/2026, Série I de 15.09.2026

Retifica alterações ao Código dos Valores Mobiliários

3. ATOS DO BANCO DE PORTUGAL

3.1. ATOS

Recomendação n.º 1/2026, Banco de Portugal, de 02.07.2026

Novos contratos de crédito celebrados com consumidores

Boletim Oficial do Banco de Portugal n.º 7/2026, de 15.07.2026

Boletim Oficial n.º 7/2026

Documento de supervisão, ESMA, de 07.07.2026

Passaporte triangular ao abrigo da Diretiva MiFID II

Boletim Oficial do Banco de Portugal n.º 8/2026, de 17.08.2026

Boletim Oficial n.º 8/2026

Instrução n.º 8/2026, Banco de Portugal, de 26.08.2026

Revogação da Instrução n.º 7/2019

Instrução n.º 7/2026, Banco de Portugal, de 26.08.2026

Revogação da Instrução n.º 28/2018

Boletim Oficial do Banco de Portugal n.º 8/2026 - Suplemento, de 26.08.2026

Boletim Oficial n.º 8/2026

Boletim Oficial do Banco de Portugal n.º 9/2026, de 15.09.2026

Boletim Oficial n.º 9/ 2026

3.2 CARTAS CIRCULARES

Carta Circular n.º CC/2026/00000022, Banco de Portugal, de 26.08.2026

Conceito de «grupo de clientes ligados entre si»

© 2026 MACEDO VITORINO

SOBRE A MACEDO VITORINO

A MACEDO VITORINO é uma sociedade de advogados portuguesa que presta assessoria jurídica a clientes nacionais e internacionais em operações, projetos e matérias de elevada complexidade. A nossa prática abrange diversas áreas do direito e setores de atividade, incluindo banca, distribuição, indústria, energia, tecnologia, media, telecomunicações e projetos, o que nos permite oferecer aconselhamento jurídico integrado e ajustado às necessidades específicas de cada cliente.

Combinamos rigor técnico com uma abordagem prática e orientada para o negócio, apoiando os clientes na estruturação, negociação e execução de operações, bem como na gestão de questões regulatórias, contratuais e societárias. Procuramos apresentar soluções juridicamente sólidas, claras e eficazes, particularmente em contextos que exigem coordenação entre diferentes áreas de especialidade.

Mantemos ainda relações de correspondência e parcerias com sociedades de advogados de referência na Europa, nos Estados Unidos, no Brasil e na Ásia, o que nos permite acompanhar operações transfronteiriças com eficiência e assegurar aos nossos clientes apoio jurídico coordenado em diferentes jurisdições.

Se pretende saber mais sobre a MACEDO VITORINO por favor visite o nosso site www.macedovitorino.com.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Esta informação é de carácter genérico, não devendo ser considerada como aconselhamento profissional. Caso necessite de aconselhamento jurídico sobre estas matérias, deve contactar um

advogado. Se for cliente da MACEDO VITORINO, pode contactar-nos por email para mv@macedovitorino.com.